



## AGROECONOMIA: O IMPOSSÍVEL VIÉS ECOLÓGICO DO AGRONEGÓCIO

Reuel Machado Leite <sup>1</sup>

### RESUMO

Nosso foco com este trabalho é investigar o processo de generalização e diferenciação da (re)produção do espaço sob a determinação do mundo da mercadoria (CARLOS, 2015; SMITH, 1988) em um contexto em que a lógica capitalista se expande no espaço agrário criando o circuito de acumulação baseado em alimentos-mercadoria orgânicos nutrindo-se da sua própria crise estrutural (MÉSZÁROS, 2012). Isto demonstra que a necessidade de reprodução ampliada do capital em um contexto de crise estrutural produz novos espaços de acumulação. Este processo se desenrola, no contexto do circuito de alimentação orgânica e/ou saudável pelo agroeconegocio, que é conceituado como um sistema global de produção, processamento, circulação, certificação e consumo de alimentos orgânicos

**Palavras-chave:** Agroeconegocio, alimento orgânico, espaço agrário

### RESUMEN

Nuestro enfoque con este trabajo es investigar el proceso de generalización y diferenciación de la (re) producción del espacio bajo la determinación del mundo mercantil (CARLOS, 2015; SMITH, 1988) en un contexto en el que la lógica capitalista se expande en el ámbito del espacio agrario que crea el circuito de acumulación basado en el alimento-commodity orgánico que se nutre de su propia crisis estructural (MÉSZÁROS, 2012). Esto demuestra que la necesidad de una reproducción ampliada del capital en un contexto de crisis estructural genera nuevos espacios de acumulación. Este proceso se da en el contexto del circuito de alimentos orgánicos y

---

<sup>1</sup> Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe- UFS, reuelmachadoleite@gmail.com



/ o saludables por parte de la agro-ecoempresa, que se conceptualiza como un sistema global de producción, procesamiento, circulación, certificación y consumo de alimentos orgánicos.

**Palabras clave:** Agro-ecoempresa, alimentos orgánicos, espacio agrario

## INTRODUÇÃO

A necessidade de prover o alimento é uma condição humana. O acúmulo de aprendizado de como cultivar plantas e criar animais provocou saltos qualitativos na organização das sociedades no mundo (MAZOYER; ROUDART, 2010). A agricultura, em diferentes momentos da história, esteve no centro de conflitos políticos, motivou guerras e revoluções, e é utilizada como arma geopolítica (BURBACH; FLYNN, 1982; DESMARAIS, 2013; MAZOYER; ROUDART, 2010). Nos últimos dois séculos, a produção capitalista do espaço agrário apresenta contradições que engendram não só a pobreza no campo e nas cidades, mas ameaçam a própria saúde, a nossa vida e de outras espécies.

A cientificação e industrialização da agropecuária capitalista criou, por um lado, uma elevação da produtividade, ainda que discutível (MENDONÇA, 2018; PATEL, 2012), e, por outro, escassez e destruição. Um exemplo é o consumo de alimentos contaminados com agrotóxicos, que pode causar doenças como cânceres, malformação congênita, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais (CARNEIRO *et al*, 2012).

A destruição e contaminação dos *habitats* de animais e plantas pela agricultura capitalista, não obstante, pelos monopólios do chamado agronegócio que a controla, tem provocado o surgimento de novos vírus, dentre eles o que gerou a atual pandemia do novo coronavírus ou SARS-CoV-2. No presente momento, outubro de 2021, já perdemos 4.953.246 vidas no mundo (OMS, 2021) e 605.804 no Brasil (CONASS, 2021) acometidas pela Covid. Este morticínio, afirma Wallace (2020), está atrelada há mais de um século de expansão do modelo de agricultura e pecuária do que chamamos hoje de agronegócio no mundo e do modelo de produção do espaço urbano, que conjuntamente minam o espaço dos seres não humanos, ao passo que os força a conviver cada vez mais conosco. O pesquisador em tela descreve a dinâmica do surgimento destes patógenos.



A monocultura de capital intensivo — tanto a pecuária quanto a agricultura — impulsiona o desmatamento e os empreendimentos que aumentam a taxa e o alcance taxonômico do transbordamento de patógenos: dos animais selvagens para os da pecuária e, destes, para os trabalhadores do setor. Uma vez que esses patógenos entram na cadeia alimentar, a produção pode contribuir com a seleção de variantes de patógenos de maior mortalidade, por recombinação genética e por mudanças antigênicas, ocorrida sob circunstâncias de supressão imunológica. Através do comércio global que agora caracteriza o setor, as cepas recém-desenvolvidas podem ser exportadas para o mundo todo (WALLACE, 2020, p. 478).

Por outro lado, o agronegócio se aproveita desse contexto e da demanda dos segmentos médios da sociedade global gerada pelo medo tanto do veneno, quanto do vírus, acarretando a busca por alimentos saudáveis (SOUZA; MORAES FILHO, 2017), colocando à disposição produtos orgânicos às populações cada vez mais preocupadas com os riscos a sua saúde.

No ano pandêmico de 2020 do novo coronavírus, houve o aumento nas vendas de alimentos orgânicos no mundo (WILLER *et al*, 2021). Ainda segundo o mesmo estudo, o interesse se dá com a finalidade de reforçar a imunidade do corpo pela maior sanidade destes alimentos. A modalidade de varejo *online* continua aberta durante a pandemia, e está atraindo novos consumidores.

No Reino Unido, as vendas aumentaram em ¼ em março de 2020; neste mesmo período, a indiana Nourish observou aumento de 30% e a Greenheart e a Koita Milk, nos Emirados Árabes, triplicaram suas vendas em relação ao mês anterior, enquanto nos EUA o acréscimo foi de 25% nas 17 semanas anteriores a julho desse mesmo ano (WILLER *et al*, 2021). Das empresas monopolistas, a *Amazon*, dona da *Whole Foods Market*, é a que mais se beneficia com a pandemia no contexto estadunidense. Isso confirma a expectativa da empresa de que as vendas online trariam maior vazão aos produtos orgânicos no mercado norte-americano (LIMA *et al*, 2019).

O Brasil também apresentou crescimento das vendas neste ano. Os dados do Euromonitor Internacional, publicados pela revista *Money Times* (2021), apontam que o mercado brasileiro de orgânico movimentou R\$ 100 bilhões em 2020, 3,5% maior que em 2019, seguindo a tendência internacional já acima apontada pela Federação Internacional de Agricultura Orgânica (IFOAM) (WILLER *et al*, 2021). O que se faz necessário, na verdade, é entender a composição de classe desta movimentação financeira e os processos espaciais implicados nesta dinâmica.

Para uma primeira aproximação à questão, vejamos: segundo o censo de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 64.690 produtores(as)



brasileiros(as) entrevistados(as) afirmaram que praticam a agricultura orgânica; dentre estes, 49.330 (76,3%) se autodeclararam agricultores(as) familiares e 15.360 (23,7%) como não familiares (IBGE, 2017). Já o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) (BRASIL, 2020a), que registra os certificados de orgânico no Brasil, aponta que existem 20.840 certificações no país.

A partir da análise deste banco de dados, verificamos que 4.578 (21,9%) estão classificadas como Organismo de Controle Social (OCS) e 7.942 (38,1%) constam como Organização Participativa de Avaliação de Conformidade (OPAC), ambas de caráter associativo e participativo, sendo que o primeiro permite apenas a venda direta, enquanto a segunda, por compor o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), possui certificação atestada pelo selo do SisOrg, e tem o direito de venda em feiras, supermercados, restaurantes, lojas, hotéis, indústrias, internet, etc. Além destas, constam 8.370 (40,1%) certificações por auditoria, ou seja, certificação realizada a partir de uma instituição de caráter privado, onde o produtor ou empresa arca com os custos do processo (BRASIL, 2006).

Ainda sobre os dados do CNPO, podemos verificar o registro de 975 empresas privadas nacionais e 497 exportadores estrangeiros registrados no Brasil, mas com sede em seus países de origem, além de 186 instituições de caráter não privado (associações, cooperativas, escolas e universidades). Levando em consideração a quantidade de OCSs, que obrigatoriamente deve ter uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) (BRASIL, 2020b), a exceção de apenas três empresas privadas que possuem um OPAC, e se associarmos estes aos números do IBGE, a realidade que se apresenta é de que a produção camponesa se faz majoritária no que se refere aos orgânicos.

Contudo, perceberemos também que uma pequena parcela dos considerados agricultores familiares possui algum tipo de declaração (OCS) ou selo de produtores orgânicos, uma vez que, excluídas as empresas privadas, aqueles somados representam apenas 19.865, ou seja, 40% do total apontado pelo IBGE.

Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) são sistemas socio-participativos cujo conjunto de atividades desenvolvidas tem como base o controle social, nos quais reúnem-se produtores, comercializadores, consumidores e suas organizações, por exemplo (BRASIL, 2020b). Os SPG têm como pessoa jurídica um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas nesses sistemas. Os SPG



normalmente funcionam em forma de rede, com abrangência regional de atuação (Idem).

A Certificação por Auditoria e os SPG integram o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg). Tanto a Certificação por Auditoria quanto os SPG podem certificar a comercialização direta (produtor para consumidor) e indireta dos produtos orgânicos, favorecendo um acesso maior ao mercado. Na comercialização indireta, os produtos embalados certificados por esses organismos devem usar o selo “ORGÂNICO BRASIL”, do SisOrg (BRASIL, 2020b, p. 12).

O OCS dispõe do fundamento do controle social, ou seja, depende da vigilância de seus membros (produtores e consumidores). Este permite apenas a venda direta em feiras, entrega em casa, em unidades de produção, grupos de consumidores e para programas de compras públicas (Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE e Programa Nacional de Aquisição de Alimentos – PAA). O OCS deve ser devidamente cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e, a partir deste, é fornecido aos camponeses e camponesas uma declaração de cadastro que comprova que sua produção é orgânica.

Os cinco estados com maior número de certificados são Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Piauí, cujo mecanismo de certificação se dá majoritariamente por auditoria e, em segundo plano, o OPAC e, por último, a OCS. A região Sul, portanto, concentra 43,5% do número de certificações. Aqui, é importante salientar que essa região, apesar de ser tradicionalmente ocupada pelo agronegócio do fumo, da soja e do milho (GIRARDI, 2021), possui relevante contribuição na história recente da organização política dos camponeses e camponesas, nascedouro tanto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ambos protagonistas da luta pela agroecologia (COSTA, 2017).

Por outro lado, verificamos a presença de grandes empresas do agronegócio atuando na produção orgânica no país. Como exemplo, temos três empresas nacionais destacadas pela revista *Forbes* (2020)<sup>2</sup>: Datterra Atividades Rurais LTDA (café), Olam Agrícola LTDA (café), Rasip Alimentos LTDA (maçã e pera) e Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A (cana-de-açúcar), além das transnacionais do agronegócio, que são a Nestlé, Unilever e Otsuka, atuando com orgânicos, Coca-Cola e Ambev com bebidas saudáveis (sem aditivos de conservantes, corantes ou aromatizantes artificiais).

---

<sup>2</sup> A revista *Forbes* publica periodicamente uma lista das grandes fortunas no mundo e em alguns setores da economia.



Isto aponta para o processo recente de concentração/centralização de capitais no circuito dos alimentos orgânicos e saudáveis, que acompanha a tendência internacional em curso (HOWARD, 2016). Além disso, evidencia a inserção do agronegócio, que passa a produzir alimentos descontaminados de agroquímicos e transgênicos, os chamados alimentos orgânicos. Gonçalves (2008) analisa esse processo e afirma que, além da sua inserção no mercado global de alimentos, a produção de orgânicos pelo agronegócio tem demonstrado, segundo ele, níveis altíssimos de simplificação dos processos ecológicos, transformando-se num modelo de agricultura pautado na substituição de insumos e com um direcionamento altamente empresarial, ou seja, visando a maximização de lucros. É com base nestes elementos que o supracitado autor define o **agroeconegócio**.

O agroeconegócio é conceituado como um sistema global de produção, processamento, circulação, certificação e consumo de alimentos orgânicos. Suas principais características são: simplificação dos manejos; baixa diversificação dos elementos dos sistemas produtivos; baixa integração entre tais elementos; especialização da produção sobre poucos produtos; simples substituição de insumos químicos por biológicos e exígua preocupação com aspectos sociais (GONÇALVES, 2013).

## **METODOLOGIA**

Para chegar aos objetivos de nossa pesquisa, nossa metodologia constituiu-se primeiramente de uma revisão bibliográfica e análise de dados secundários estatísticos sobre a produção orgânica. Utilizamos a nível nacional o CNPO e o IBGE, já citados. A nível internacional, fizemos uso do *Research Institute of Organic Agriculture* (FiBL) e da *International Federation of Organic Agriculture* (IFOAM), que possuem bancos de dados que compilam dados de quase todos os países do mundo sobre o tema e produzem um relatório anual. Também nos será caro, pela importância da produção orgânica no mundo, como veremos no capítulo três, as fontes do *Australian Bureau of Statistics* (Austrália) e o banco de dados do Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria (SENASA) da Argentina.



## REFERENCIAL TEÓRICO

Nosso foco com este trabalho é investigar o processo de generalização e diferenciação da (re)produção do espaço sob a determinação do mundo da mercadoria (CARLOS, 2015; SMITH, 1988) em um contexto em que a lógica capitalista se expande no espaço agrário criando o circuito de acumulação baseado em alimentos-mercadoria orgânicos nutrindo-se da sua própria crise estrutural (MÉSZÁROS, 2012). Esse caráter contraditório tem sido a resposta do capital às diversas crises conjunturais que desembocaram na crise estrutural em que vivemos.

O que eles também mostraram foi que as crises são, de fato, não apenas inevitáveis, mas também necessárias, pois são a única maneira em que o equilíbrio pode ser restaurado e as contradições internas da acumulação do capital, pelo menos temporariamente, resolvidas. As crises são, por assim dizer, os racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável (HARVEY, 2011, p. 65).

Segundo Mézszáros (2012), a singularidade histórica da crise estrutural em contraste com a conjuntural possui três aspectos: seu caráter universal, ou seja, não se restringe a nenhuma esfera particular (financeira, comercial, produtiva ou de consumo); seu escopo é global; sua escala de tempo é extensa. O referido autor ainda aponta três problemas sistêmicos da crise estrutural do modo de reprodução socio-metabólica do capital: na esfera militar, com as intermináveis guerras do capital desde o século XIX, que agora contam com armas de destruição em massa; a intensificação da destruição ecológica, pondo em risco a existência humana; no domínio da produção material e do desperdício cada vez maior (produção destrutiva em substituição a produção criativa).

Dentro de uma perspectiva materialista-dialética, não há como pensar a relação homem/natureza estabelecida pelo agroconegócio sem compreendermos as relações capitalistas de produção que a define. O capital, ao expandir seu controle por meio de seu modo de reprodução socio-metabólico destrutivo, promove uma agricultura empresarial contaminante e concentradora.

No entanto, decorrente do desespero das populações mais abastadas por alimentos descontaminados e preocupadas com sua saúde, abre-se outro circuito de acumulação na esfera dos produtos orgânicos, sem alterar a base das relações de produção. Aqui é importante frisar o entendimento que temos sobre expansão do capital:



O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, *intensificação* (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e *expansão geográfica*. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação (HARVEY, 2005, p. 64).

Portanto, para fins de explicação de nosso conceito de agroconegócio, acreditamos que a ecologia é incompatível com o modo de produção capitalista e, não obstante, com a necessidade infinita de lucro do capital, a reprodução ampliada é uma condição imposta pelo embate concorrencial (MARX, 2013). Afinal, “a livre-concorrência impõe ao capitalista individual, como leis eternas inexoráveis, as leis iminentes da produção capitalista” (MARX, 2013, p. 432).

Por conseguinte, é desse caráter concorrencial que advém a necessidade de acumulação, entendida, num primeiro momento, na esfera da produção como transformação das relações de produção para que se crie trabalho assalariado (mais-valia), e, num segundo momento, ela se dá na esfera da reprodução, que inicialmente é analisada enquanto reprodução simples, na qual o valor e a mais-valia permanecem inalterados (BOTTOMORE, 2001), e cria bases para a reprodução ampliada

da qual pode resultar, ou não, a composição orgânica do capital. Em cada caso, uma proporção definida deve ser estabelecida em termos de valor e valor de uso entre os setores da economia (BOTTOMORE, 2001, p. 13).

O tempo do capital, que busca a acumulação infinita, se realiza na natureza, que é finita. Portanto, por mais que o capital incorpore alguns princípios da ecologia, garantindo uma sinergia mínima entre espécies, ela vai ser sempre limitada. Além disso, como consequência da primeira questão, esclarecemos que não há a criação de um agronegócio ecológico (como sugere o termo *agroconegócio*), mas a mercantilização da ecologia por meio da criação de um espaço de acumulação capitalista de produção orgânica enquanto um setor ou modalidade de agronegócio.

Portanto, uma das questões centrais que buscamos analisar é se o agroconegócio representaria uma ofensiva à soberania alimentar, circunscrita pela expansão da produção do alimento-mercadoria orgânico.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista a publicação periódica de estatísticas do *Research Institute of Organic Agriculture* (FiBL) e da *International Federation of Organic Agriculture* (IFOAM), observamos que no ano de 2000 as vendas de alimentos orgânicos representavam 18 bilhões de dólares no mundo, valor que dobra em 2006 para 38,6 bilhões, chegando 112 bilhões em 2019 (WILLER; YUSSEFI; SORENSEN, 2008; WILLER *et al*, 2021). Atualmente, os maiores mercados para estes produtos são Estados Unidos da América (41,4 bilhões de euros), Alemanha (12 bilhões de euros), França (11,3 bilhões de euros) e China (8,5 bilhões de euros) (WILLER *et al*, 2021).

**Tabela 1- Terra agrícola orgânica por hectare e número de produtores orgânicos por região do globo entre 2010 e 2021**

Região	Número de produtores orgânicos			Terra agrícola orgânica por hectares		
	2010	2019	%	2010	2019	%
África	542.839	850.490	57%	1.075.829	2.030.830	89%
Ásia	460.762	1.589.563	245%	2.778.291	5.911.622	113%
Europa	277.362	430.742	55%	10.002.087	16.528.677	65%
América Latina	272.232	224.388	-18%	8.389.459	8.292.139	-1%
América do Norte	16.870	22.153	31%	2.652.624	3.647.623	38%
Oceania	8.483	18.416	117%	12.144.984	35.881.053	195%
Mundo	1.578.407	3.135.129	99%	37.041.004	72.285.656	95%

Fonte: WILLER *et al*, 2012, 2021.

Em uma primeira vista, observamos nesses números um aumento significativo em uma década: a área e os produtores orgânicos obtiveram acréscimo, respectivamente, de 99% e 95% no mundo. Podemos observar na Tabela 1 que a Ásia possui o maior número absoluto de produtores e que possui o maior crescimento percentual com 245%. A Oceania, por seu turno, possui o maior número de terras dedicadas a este fim, com maior ampliação, de 195%, enquanto que a América Latina apresentou um decréscimo destas duas variáveis, com ênfase para os produtores.

Portanto, há uma tendência de crescimento muito maior da área do que de produtores e, no caso latino, de maior decréscimo destes últimos. Esta dinâmica nos leva a questionar se não há um processo de concentração fundiária em curso neste setor. Tendo como referência os dados de 2019, a realidade da Oceania nos mune de



elementos para tal, pois possui 0,6% dos produtores e 49,6% da terra agrícola orgânica mundial. A média de hectares por produtor ou produtora no mundo é de 23,05 hectares; por outro lado, observamos que na Oceania esta média é 1.948,26 hectares, muito superior a primeira.

Atemo-nos a esta problemática devido ao nosso interesse de compreender a dinâmica do espaço agrário, tendo em vista este setor e levando em conta se este fomenta um processo de concentração fundiária. Para melhor compreender esta relação produtor/área, faz-se necessário observarmos os dados por país.

**Tabela 2 - Países com maiores dimensões de terra agrícola orgânica e respectivo número de certificações orgânicas entre 2010 e 2021**

Países	Terra agrícola orgânica em hectares			Número de certificações orgânicas		
	2010	2021	%	2010	2021	%
<b>Austrália</b>	12.001.724	35.687.799	197%	2.129	460	-78%
<b>Argentina</b>	4.177.653	3.672.350	-12%	1.856	99	-95%
<b>Espanha</b>	1.456.672	2.354.916	62%	30.717	47.569	55%
<b>Estados Unidos da América</b>	1.948.946	2.326.551	19%	12.941	16.476	27%
<b>Índia</b>	780.000	2.299.222	195%	400.850	1.367.893	241%
<b>França</b>	845.442	2.240.797	165%	28.243	67.169	138%
<b>China</b>	1.390.000	2.216.000	59%	0	11.437	100%
<b>Uruguai</b>	930.965	2.143.640	130%	630	27	-96%
<b>Itália</b>	1.113.742	1.993.225	79%	47.663	93.769	97%
<b>Alemanha</b>	990.702	1.613.785	63%	30.727	53.417	74%
<b>Canadá</b>	703.678	1.321.072	88%	5.800	7.387	27%
<b>Brasil</b>	1.765.793	1.283.054	-27%	7.250	32	-100%
<b>Total</b>	28.105.317	59.152.411	110%	568.806	1.665.735	193%

Fonte: WILLER *et al*, 2012, 2021.

Na Austrália (Tabela 2), a média produtor(a)/área chega em 2021 a 77.582, sendo que o tamanho médio da propriedade agrícola neste país, segundo seu último censo, é de 4.331 hectares (ABS, 2016). Ainda segundo esta fonte, havia em 2016 neste país 28.173.739 hectares de terra orgânica controlada por 1.122 produtores ou produtoras. Apenas no *outback* da Austrália meridional, 27 destes últimos (2,4%) possuíam 10.421.697 hectares (37%), uma área um pouco maior que o estado de Pernambuco (98.149 km<sup>2</sup>). Voltando aos dados da IFOAM e FiBL (Tabela 5), os países com maior área no mundo também apontam tendência à concentração. Caso exemplar é o da Austrália, onde o número de certificações orgânicas decresceu 78%, enquanto a área aumentou 197%. Na Argentina, estas primeiras diminuíram 95% e em menor



dimensão esta última caindo 12% em uma década; fatos similares ocorreram no Uruguai.

Há tendência de crescimento maior da área do que de produtores na Espanha, França e Canadá. No caso argentino, estudos anteriores já apontavam a concentração de terras para cultivo orgânico neste País, como o de Florit (2004) e Folgueman (2009), sendo que este último aponta que nas províncias de Chubut, Santa Cruz e Tierra Del Fuego 75% da área é controlada por apenas 5% das fazendas.

No tocante aos rendimentos das vendas no varejo (Tabela 6), eles também apresentam crescimento de 26% em quatro anos em todo o mundo, acompanhado do consumo per capita de 24%, com destaque para a Ásia, Europa e Oceania. Com relação aos dados absolutos mais recentes, eles nos demonstram, se aliados aos dados das Tabelas 5 e 6, uma geopolítica desigual da produção orgânica no mundo.

Os três continentes produtores são Oceania – com a maior área do mundo, de mais de 35 milhões de hectares – Europa e América Latina. No entanto, se somarmos os rendimentos do varejo da Europa e América do Norte em 2019, vemos que eles representam 87,6% destes, mas representa 27,1% das terras agrícolas orgânicas e 14,4% dos produtores. Aqui se define, portanto, uma divisão internacional do trabalho clara entre países produtores de alimentos orgânicos e aqueles que consomem e se apropriam dos mais vultosos lucros deste espaço.

**Tabela 3 - Mercado global de alimento orgânicos: vendas no varejo e consumo per capita por região 2016-2019**

Região	Vendas no varejo (milhões de €)			Consumo per capita (€)		
	2016	2019	%	2016	2019	%
<b>África</b>	16	17	6%	-	0,01	-
<b>Ásia</b>	7.343	10.949	49%	1,7	2,4	41%
<b>Europa</b>	33.526	45.049	34%	40,8	55,8	37%
<b>América Latina</b>	810	810	0%	1,3	1,5	15%
<b>América do Norte</b>	41.939	48.201	15%	117	132,3	13%
<b>Oceania</b>	1.065	1.378	29%	26,5	33,5	26%



Mundo	84.698	106.404	26%	11,3	14	24%
-------	--------	---------	-----	------	----	-----

Fonte: Willer; Lernoud, 2018; WILLER *et al.*, 2021.

Com relação ao consumo por capita, estes dois últimos continentes também se destacam. Na América do Norte este chega a 132,3 euros per capita em 2019, enquanto na América Latina este consumo per capita é de apenas um euro e meio. Neste sentido, estes dados apontam que o consumo de alimentos orgânicos se concentra nos países capitalistas hegemônicos.

Aqui existe uma questão que também é importante ressaltar: há uma diferenciação de classe nesta dinâmica, ou seja, daqueles que podem pagar. A pesquisa de Islam (2013) em supermercados do Canadá aponta que os alimentos orgânicos são 69% mais caros que aqueles contaminados. Similarmente, na Sérvia, a diferença é de 30% (GOLIJAN; DIMITRIJEVIC, 2018). Na Austrália, o leite orgânico é de duas a três vezes mais caro (O'MAHONY; LOBO, 2017).

Pesquisa feita em supermercados e feiras livres de Campinas – Brasil (WATANABE; ABREU; LUIZ, 2010) demonstra que, nestes primeiros, os alimentos orgânicos possuem um diferencial de preço que varia entre 200% e mais de 700%, a exemplo do tomate salada (469,7% mais caro). No entanto, o estudo também aponta que nas feiras livres os alimentos orgânicos possuem preços similares e, em alguns casos, mais baixos que aqueles contaminados. Parte deste último tipo de comercialização é feito por venda direta de camponeses e camponesas.

Para entendermos como a agricultura orgânica foi paulatinamente adaptada aos interesses do capital, a reflexão traçada por Michael Pollan, em sua obra *O dilema do onívoro* (2006), é uma interessante porta de entrada para começarmos a delinear melhor o que discutimos até aqui. Na obra supracitada, o autor nos coloca o contraste entre a paisagem camponesa presente nas embalagens e prateleiras dos supermercados de orgânicos como o Whole Foods<sup>3</sup>, e por outro lado, o real processo de produção destes alimentos. Traçando um processo que se desenvolveu nos últimos 30 anos, Pollan (2006) descreve o império orgânico como industrializado, de grande escala e dominado pelo capital monopolista:

---

<sup>3</sup> A **Whole Foods Market Inc.** é uma rede de [supermercados multinacional](#) dos [Estados Unidos](#) que comercializa produtos naturais, [orgânicos](#) ou sem conservantes, sabores, cores e gorduras artificiais. A Whole Foods é a maior rede do gênero.



Ao longo das paredes acima das prateleiras fartamente abastecidas da filial da Whole Foods onde costumam fazer compras existem fotos coloridas de fazendeiros orgânicos, acompanhados de textos nos quais anunciam seus princípios em relação à agricultura. Algumas dessas fazendas – a Capay é um exemplo – ainda vendem seus produtos para a Whole Foods, mas a maior parte há muito já não tem seus produtos nas prateleiras, apesar de suas imagens continuarem nas paredes. Isso ocorre porque recentemente a Whole Foods adotou o sistema padrão regional de distribuição da indústria de alimentos e que torna impraticável o apoio aos pequenos estabelecimentos familiares. Enormes armazéns compram produtos para dezenas de lojas simultaneamente, o que os obriga a lidar apenas com fazendas enormes. Desse modo, apesar de os cartazes nas paredes continuarem a descrever pequenos proprietários e suas filosofias, o produto à venda abaixo deles vem prioritariamente de dois conglomerados de produção orgânica na Califórnia, Earthbound Farm e Grimmway Farms, os quais dominam juntos o mercado de produtos orgânicos nos Estados Unidos. (Só a Earthbound planta 80% da alface orgânica vendida no país) (POLLAN, 2006, p. 108-109).

Portanto, embora se visualize nas idílicas embalagens de leite orgânico a vaca livre, alimentada apenas com o capim orgânico, Pollan (2006) demonstra que a produção deste alimento passa por processos não tão alternativos, que inclui o confinamento, o uso intensivo de tecnologia e o controle constante dos animais por veterinários. A diferença principal em relação à pecuária convencional está em que o gado consome apenas ração orgânica e não ingere nenhum antibiótico ou hormônio.

Nesta esteira, vale salientar que em uma das maiores fazendas de alimentos orgânicos do mundo, a *Earthbound Farm*, situada na Califórnia (EUA), a paisagem também se difere muito da ideologia propalada a respeito de uma fazenda orgânica. Segundo Earthbound Farm (2017) pode-se visualizar os seguintes elementos: 1. Monocultivos; 2. Intensa mecanização, com o produto sendo colhido e embalado simultaneamente; 3. Relações capitalistas de produção, com o assalariamento principalmente de imigrantes latinos. Este sistema de produção coincide com a agricultura convencional, exceto, evidentemente, pelos insumos e algumas técnicas orgânicas que caracterizarão o produto final.

Até aqui compreendemos que o agroconegócio possui algumas semelhanças com o modelo contaminado. Contudo, possui também especificidades, a começar pela produção. Dissemos que a principal peculiaridade deste modelo é o insumo orgânico, como adubos orgânicos (esterco, torta de mamona, calcário dolomítico etc.), utilização de inimigos naturais como a joaninha (*Coccinélida*), de flores para atrair insetos polinizadores e afastar patógenos, consórcio com leguminosas, a utilização de espécies



crioulas (vegetal e animal), a não utilização de antibióticos ou hormônios, dentre inúmeras outras técnicas.

Como a produção é realizada em grande escala por meio de monoculturas ou pelo processamento de uma grande quantidade de matérias primas, é necessário, portanto, uma indústria de insumos orgânicos capaz de suprir esta alta demanda (POLLAN, 2006; HOWARD, 2016). Essa indústria produz desde adubo e sementes a xarope de milho para criar uma série de outros produtos processados que vão do leite pasteurizado a comida pronta. Para termos uma melhor noção sobre este cenário, Pollan (2006) nos descreve:

E fiquei sabendo da já mencionada refeição pronta orgânica, uma tigela com “arroz, legumes, peito de frango grelhado com um saboroso molho de ervas”. Country Herb, como foi batizado esse prato, é na verdade um produto orgânico altamente industrializado, envolvendo em sua coreografia 31 ingredientes reunidos depois de enviados de fazendas, laboratórios e fábricas de processamento distantes espalhados por meia dúzia de estados e dois países, contendo itens misteriosos, produtos da moderna tecnologia de alimentos, como o óleo de açafrão altamente oleico, goma xantana, lecitina de soja, carragenina e “sabor natural grelhado”. Vários desses ingredientes são aditivos sintéticos permitidos pelos regulamentos federais para alimentos orgânicos. A “comida natural” não tem muito a fazer aqui (POLLAN, 2006, p. 109-110).

Na esfera da circulação e distribuição dos produtos, um aspecto importante é a forma armazenamento e transporte dos produtos, o que engendra um conjunto de empresas distribuidoras e de logística próprias a este mercado, pois os alimentos devem se manter livre de substâncias químicas poluentes desde a fazenda até o supermercado (POLLAN, 2006; HOWARD, 2016).

Portanto, os produtos não podem, pelo menos em tese, ter em seus conteúdos conservantes de origem química, bem como as embalagens, que não podem ter produtos sintéticos contaminantes. Por exemplo, no caso de um grão, este não pode receber fungicidas para serem armazenados e conservados por mais tempo até seu transporte. O que é problemático, afinal, a perecibilidade levaria ao agroconegócio aumentar investimentos em capital fixo, aumentando custos e, portanto, dificultando o processo de acumulação. A solução se encontra, por um lado, na grande pressão para mudar as normas de certificação – do que trataremos a seguir – para que conservantes e outros aditivos sejam incluídos nos produtos, e, por outro, a inobservância ou fraude mesmo dos padrões (HOWARD, 2016).



Com relação ao consumo dos produtos oriundos do agroeconegócio, este é realizado em cadeias de lojas especializadas como a *Whole Foods* nos Estados Unidos, ou naquelas que possuem boa parte de suas prateleiras dedicadas a eles, como o Pão de Açúcar no Brasil e até em supermercados convencionais, cadeias de *fastfood*, restaurantes e máquinas de venda rápida (FONSECA, 2005; BUAINAIN; BATALHA, 2007; HOWARD, 2016).

Recentemente, por exemplo, a McDonalds lançou uma marca de café orgânico certificada pelo selo de mercado justo (G1 GLOBO, 2017). A grande diferença aqui é que este produto é comercializado a preços muito mais altos que os demais por ser discriminado por um selo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que trilhamos até aqui demonstra que a necessidade de reprodução ampliada do capital em um contexto de crise estrutural produz novos espaços de acumulação. Para isso, o capital necessita, por um lado, criar necessidades – neste contexto, um dos caminhos encontrados foi a sujeição do alimento orgânico a forma mercadoria (tendência da igualização espacial) – e, por outro, para (re)produzir o espaço sob esta égide, precisa se territorializar e, assim, sujeitar e/ou desterritorializar o campesinato. Este processo põe em marcha contradições que engendram a produção de espaços desiguais em diferentes escalas (tendência de diferenciação espacial).

## REFERÊNCIAS

ABS – Australian Bureau Statistics. **Agricultural Census**. Canberra: ABS, 2016. Disponível em: <<https://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Lookup/7121.0Main+Features12015-16?OpenDocument>>.

BOTTOMORE, T. B. (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 454 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional da Produção Orgânica**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt->



[br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos](http://br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos)>.

Acessado em: 30 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Guia prático de organizações de controle social (OCS). **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA**, Brasília, DF, 2020b.

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio coord. **Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos**. 5 v. – Brasília: MAPA, 2007.

BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. **Agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. 1º ed. – São Paulo: Contexto, 2015.

CARNEIRO, F.F. et al. **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

CONASS, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Painel CONASS Covid-19**. Disponível em: < <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>>. Acessado em: 26/10/2021.

COSTA, Manoel Baltasar B. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurelié. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. 1. Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica e Expressão Popular, 2013.

EARTHBOUND FARM. **Earthbound Organica Field Tour**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=lirkEvgj\\_A](https://www.youtube.com/watch?v=lirkEvgj_A)>. Acessado em: 10 agosto 2017.

EXAME. **PepsiCo entra na onda natural e Gatorade agora é orgânico**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/pepsico-entra-na-onda-natural-e-gatorade-agora-e-organico/>>. Acessado em: 10 agosto 2017.

FLORIT, Luciano. **A Reinvenção social do natural: a natureza e agricultura no mundo contemporâneo**. – Blumenau: Edifurb, 2004.

FOLGUEMAN, Dina. Organic Farming in Argentina, IN: WILLER, Helga; KILCHER, Lukas (org.). **The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2009**. Frick: FiBL; Bonn: Ifoam – Organics Internacional, 2009.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. **A Institucionalização do Mercado de Orgânicos no Mundo e no Brasil: uma interpretação**. 2005. 476 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica.



FORBES. **100 empresas brasileiras do agronegócio.** Disponível em: <<https://forbes.com.br/listas/2020/03/100-empresas-brasileiras-do-agronegocio/#foto7>> .  
Acessado em: 24 outubro de 2020.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

G1 Globo. **Selo de comércio justo pode beneficiar agricultores de café.** Disponível em: <[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL143218-9356,00-SELO+DE+COMERCIO+JUSTO+PODE+BENEFICIAR+AGRICULTORES+DE+C AFE.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL143218-9356,00-SELO+DE+COMERCIO+JUSTO+PODE+BENEFICIAR+AGRICULTORES+DE+C AFE.html)>. Acessado em: 20 agosto 2017.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão agrária brasileira.** Presidente Prudente: UNESP/NERA. Disponível em: <[www.atlasbrasilagrario.com.br](http://www.atlasbrasilagrario.com.br)>. Acessado em: 31/10/2021.

GLOBO Rural. **Fast food orgânico: empresa lança linha de alimento de pronto consumo.** Disponível em: <<http://revistaglorural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI283924-18077,00-FAST+FOOD+ORGANICO+EMPRESA+LANCA+LINHA+DE+ALIMENTOS+DE+PRONTO+CONSUMO.html>>. Acessado em: 20 agosto 2017.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná.** 2008. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita” (UNESP), Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. **Agroeconegócio** – o viés ambiental do agronegócio. IN: VI Simpósio internacional de geografia agrária, VII Simpósio nacional de geografia agrária, 2013, João Pessoa. VI Simposio internacional de geografia agrária, VII Simpósio nacional de geografia agrária. João Pessoa, 2013. v. 1. p. 1-18.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HOWARD, Philip H. **Concentration and power in the food system: who controls what we eat?** 1 ed. – New York City – USA: Bloomsbury, 2016.

HOWARD, Sir Albert. **Un Testamento Agrícola.** Santiago – Chile: Imprensa Universitaria, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.



IFOAM. **The IFOAM norms for Organic Production and Processing.** IFOAM-Organics International, 2017.

INSPER. **Mãe Terra: do nicho natureba ao maior comprador de orgânicos do país.** Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/conhecimento/estrategia-e-gestao/mae-terra-cultura-organizacional/>>. Acessado em: 20 agosto 2017.

INTERNATIONAL centre for research in organic food systems. **Organic Eprints.** Disponível em: <<http://orgprints.org/>>. Acessado em: 11 outubro 2017.

ISLAM, Shahidul. **Retail price differential between organic and conventional foods.** Proceedings of ASBBS Annual Conference, Las Vegas – EUA, volume 20, número 1, p. 537-545, 2013.

ISTOÉ. **Mercado orgânico deve gerar R\$ 4 bilhões em 2018.** Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/mercado-organico-deve-gerar-r-4-bilhoes-em-2018/>>. Acessado em: 13 setembro 2018.

JAFFEE, Daniel; HOWARD, Philip H. **Corporate cooptation of organic and fair trade standards.** Agric. and Human Values, Clinton – South Carolina, n. 27, p. 387 – 399, 2010.

LIMA, Sandra Kitakawa *et al.* **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2019.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar.** – São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Capital: livro III, tomo 2.** 2º ed. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

\_\_\_\_\_. **O Capital: livro I.** 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Brasília, DF: NEAD, 2010.

MENDONÇA, Maria Luisa R. F. de. **Economia Política do Agronegócio.** 1 ed. São Paulo: Annablume: PPGRI-UERJ, 2018.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Structural crisis needs structural change.** Nova York: Monthly Review, 2012. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2012/03/01/structural-crisis-needs-structural-change/>>.



NATIVE Alimentos. **Projeto Cana Verde**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XAw7kKV8pAo>. Acessado em 10/08/2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. 164 p. (Coleção caminhos da geografia)

O'MAHONY, Barry; LOBO, Antonio. **The organic industry in Australia: current and future trends**. Land use Policy, v. 66, p. 331-339, 2017.

ORGANICSNET. **Unilever compra empresa brasileira de orgânicos Mãe Terra**. Disponível em: <http://www.organicsnet.com.br/2017/10/unilever-compra-empresa-brasileira-de-organicos-mae-terra/>. Acessado em: 9 outubro 2017.

\_\_\_\_\_. O projeto da Nestlé para lançar seu leite orgânico no Brasil em 2019. Disponível em: <http://www.organicsnet.com.br/2018/02/nestle-lanca-no-mercado-aveia-organica/>. Acessado em: 17 julho 2018

PATEL, Raj. **The long green Revolution**. The Journal of Peasant Studies, vol. 40, n. 1, p. 1-63, 2013.

POLLAN, Michel. **O Dilema do Onívoro: uma história natural de quatro refeições**. 1 ed. – Rio de Janeiro – RJ: Editora Intrínseca, 2006.

RESEARCH INSTITUTE OF ORGANIC AGRICULTURE. **Organic World**. Disponível em: <http://www.organic-world.net/index.html>. Acessado em: 11 outubro 2017.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Pesquisa com Produtores Orgânicos 2018**. <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Pesquisa%20com%20Produtos%20Org%C3%A2nicos%20-%20Sebrae%20Nacional%202018.pdf>. Acessado em: 15 setembro 2018.

SNA, SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **OrganicsNet**. Disponível em: <http://www.organicsnet.com.br/sobre/>. Acessado em: 11 outubro 2017.

\_\_\_\_\_. **Lucro da Balbo avança com orgânicos e etanol**. <http://www.sna.agr.br/lucro-da-balbo-avanca-com-organicos-e-etanol/>. Acessado em: 15 julho 2018.



SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Kennedy Jamestony de Carvalho e; MORAES FILHO, Rodolfo Araújo de. Perfil de consumidores de produtos orgânicos no Brasil. In: ENGEMA, XIX, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. p. 1-17.

1

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio**. 1º ed. São Paulo: Editora Elefante, edição Kindle, 2020.

WATANABE, Maria A.; ABREU, Lucimar S. de; LUIZ, Alfredo J. B.. **The fallacy of organic and conventional fruit and vegetable prices in the metropolitan region of campinas, São Paulo, Brazil**. Journal of Asian Rural Studies, Hasanuddin – Índia, v. 4, n. 1, p. 1-22, 2020.

WILLER, Helga; KILCHER, Lukas (org.). **The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2009**. Frick: FiBL; Bonn: Ifoam – Organics Internacional, 2009.

\_\_\_\_\_. **The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2012**. Frick: FiBL; Bonn: Ifoam – Organics Internacional, 2012.

WILLER, Helga *et al* (org.). **The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2021**. Frick: FiBL; Bonn: Ifoam – Organics Internacional, 2021.

WILLER, Helga; YUSSEFI-MENZLER, Minou e SORENSEN, Neil (org.). **The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2008**. Frick: FiBL; Bonn: Ifoam – Organics Internacional, 2008.

WHO, World Health Organization. **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. Disponível em: < <https://covid19.who.int/>>. Acessado em: 26/10/2021.